

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 20 a 24/04/2020):

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - COVID19	1
Enquadramento	1
Resultados do Conselho	2
2. DESCONFINAMENTO - APPS DE RASTREABILIDADE DE CONTÁGIO	4
3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	7
ECON - Assuntos Económicos e Monetários	7
ENVI - Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar	7
TRAN - Transportes e Turismo	7
4. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Reunião por videoconferência dos Ministros da do Desporto	8
Reunião por videoconferência dos Ministros dos Assuntos Europeus	8
Reunião por videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	8
5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - COVID19

Enquadramento

O Presidente do Conselho Europeu [convocou](#) os Chefes de Estado e de Governo para a quarta reunião consecutiva dedicada à resposta à COVID-19, tendo distribuído antecipadamente um [Roteiro para a recuperação - Rumo a uma Europa mais resiliente, mais sustentável e mais justa](#) à apreciação dos líderes.

Além deste ponto, esta reunião tinha na agenda três outras questões: o [roteiro](#) da Comissão para o levantamento progressivo das medidas de contenção, as [propostas do Eurogrupo de 9 de abril para a recuperação económica](#), sendo o objetivo declarado que as três redes de segurança (SURE, BEI e ESM) estejam criadas e operacionais até 1 de junho e, finalmente, *“um quarto elemento que foi analisado pelo Eurogrupo, mas relativamente ao qual ainda não se chegou a acordo, ou seja, a ideia de um Fundo de Recuperação Europeu.”*

A discussão tem evoluído nas últimas semanas, e o tempo que mediou entre a reunião do Eurogrupo e o Conselho Europeu informal de dia 23 de abril, possibilitou a afirmação de algumas posições, bem como o aprofundamento e desenvolvimento de outras. Além disso, permitiu conhecer um pouco melhor a dimensão económica e social desta crise na UE e nos países da zona euro. A este respeito, destacamos o trabalho que tem vindo a ser feito pela **Unidade para a Governação Económica do PE (EGOV)**, que tem publicado¹ vários briefings sobre esta matéria, designadamente as [weekly pics](#)², cuja consulta periódica se sugere.

Entre as várias posições assumidas, destacamos o [non paper do Governo espanhol](#), que defende um fundo de recuperação de 1 a 1,5 biliões de euros³, financiado através de dívida perpétua, ligado ao orçamento da UE e orientado para os primeiros dois/três anos do próximo quadro financeiro plurianual 2021-27, através de subvenções aos Estados-Membros. O **Presidente francês deu igualmente, uma entrevista de fundo ao Financial Times**, em que refere que *“é tempo de pensar o impensável”* para ultrapassar esta crise, alertando para o [perigo de desintegração da UE](#) se não houver solidariedade financeira.

Outros Estados-Membros, como a Áustria ou os Países Baixos, têm [manifestado a sua oposição](#) à ideia de que estes investimentos no âmbito deste [Fundo de Recuperação](#) sejam financiados através de subvenções e não de empréstimos a ser reembolsados posteriormente.

A **Chanceler alemã Angela Merkel**, [citada pela Reuters](#) após o discurso no Bundestag prévio ao Conselho Europeu, considerou que um Plano de Recuperação Económica poderá ser implementado nos próximos dois anos e que a Comissão Europeia deverá *“examinar quais os setores mais afetados e que ações serão necessárias.”* Referiu, ainda, que este fundo deverá estar ligado ao Quadro Financeiro Plurianual, e que a Alemanha deve estar preparada, num espírito de solidariedade e durante um período limitado de tempo, a fazer contribuições bastante diferentes e significativamente mais elevadas para o orçamento europeu”. No que diz respeito aos instrumentos de financiamento, Merkel referiu que o [Artigo 122.º do TFUE](#) já permite a emissão de dívida e que *“É possível imaginar instrumentos dessa natureza mais à frente”*.

¹ Em articulação com as rede de representantes dos Paramentos nacionais em Bruxelas.

² A página de [LinkedIn](#) da Unidade EGOV é uma fonte muito importante de informação sobre estas matérias.

³ Corresponde ao [montante de 12 zeros, trillion](#) em inglês: <https://www.matematica.pt/faq/zeros-billiao.php>

Finalmente, e voltando às referências académicas, o Instituto Brugel publicou esta semana [uma análise sobre o tema da emissão de dívida](#), intitulado *EU debt as insurance against catastrophic events in the euro area: the key questions and some answers*, que ajuda a ter um quadro teórico de referência muito útil.

No dia 22, véspera do Conselho Europeu informal, foi [divulgada](#) pela imprensa (Bloomberg e Politico) [uma nota interna da Comissão Europeia](#) com um sumário do que poderá vir a ser a proposta um Fundo de Recuperação e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27. Aqui se refere que “*as novas propostas poderão gerar 2 biliões de investimento e despesa*”, com forte incidência nos primeiros anos (“*frontloading*”) do QFP 2021-27, ao qual se acrescentará um **Instrumento de Recuperação** temporário. Este será “*baseado no Artigo 122.º do TFUE, o que permitirá à UE um financiamento no mercado de capitais de cerca de 320 mil milhões de títulos de dívida*”. Trata-se apenas de um documento de trabalho, mas esta fuga de informação teve o efeito de colocar algumas destas questões no debate político sobre as soluções a adotar pelo Conselho.

Após a reunião dos líderes, a Comissão Europeia deu nota de que apresentará a sua proposta de Fundo de Recuperação e de **proposta revista para o próximo orçamento de longo prazo da UE (quadro financeiro plurianual)** no dia 6 de maio, e não a 29 de abril como anteriormente previsto.

Resultados do Conselho

O Presidente do Conselho Europeu fez uma [declaração](#) no final da reunião apresentando as duas principais conclusões desta reunião:

i) **foi endossado o pacote de medidas proposto pelo Eurogrupo** em formato inclusivo de 9 de abril de 2020, nomeadamente as três “*redes de segurança – para os trabalhadores, para as empresas e para os Estados – (...) valor de 540 mil milhões de euros*”, que deverá estar em pleno funcionamento a 1 de junho de 2020:

- **Mecanismo Europeu de Estabilidade:** criação de um instrumento designado de *Pandemic Crisis Support Enhanced Conditions Credit Line (ECCL)*, disponível para todos os membros da zona euro, tendo como único requisito que esta linha de financiamento seja utilizada para apoiar os custos diretos e indiretos⁴ de saúde, cura e prevenção relacionados com esta crise. O montante de financiamento será de 2% do PIB de cada Estado-Membro, a valores de 2019. A ativação deverá ser possível em duas semanas após a aprovação pelo Conselho Europeu, e os Estados-Membros da zona euro comprometem-se a manter as suas responsabilidades no quadro da supervisão e coordenação económica e orçamental no âmbito da UEM após a crise;
- **Banco Europeu de Investimento:** apoio à iniciativa de [reforço de capital do BEI para gerar 200 mil milhões de euros para empréstimos às empresas](#), com base num [fundo pan-europeu](#) com garantias de 25 mil milhões de euros para financiamento às empresas;
- **SURE ([Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency](#))**, estabelecimento de um instrumento de solidariedade de 100 mil milhões de EUR, com

⁴ Sublinhado nosso, para enfatizar que esta precisão linguística foi feita para acomodar os interesses dos Estados mais afetados, pois deixa aqui uma margem de manobra importante para interpretar o que são custos *indiretos* desta crise.

base no [n.º 2 do Artigo 122.º do TFUE](#)⁵, de natureza temporária e com o objetivo de manter os rendimentos dos trabalhadores e auxiliar as empresas em dificuldade durante a crise. Este instrumento será descontinuado assim que a crise termine⁶;

ii) o Conselho decidiu “*trabalhar no sentido de criar um fundo de recuperação, que é necessário e urgente (...) deverá ter uma dimensão suficiente, estar direcionado para os setores e zonas geográficas da Europa mais afetados*”. Por conseguinte, a Comissão Europeia foi encarregada de “*analisar as necessidades exatas e de apresentar, com caráter de urgência, uma proposta que esteja à altura do desafio*”, sendo que essa proposta “*deverá clarificar a articulação com o QFP, que, em todo o caso, terá de ser ajustado para fazer face à atual crise e às suas consequências*.” Fica, igualmente, reservado um papel para o Eurogrupo em formato inclusivo, devendo “*continuar a acompanhar de perto a situação económica e a preparar o terreno para uma recuperação sólida*.”

Ainda que possamos [concluir](#) que esta reunião do Conselho correu dentro do esperado, importa sublinhar alguns aspectos importantes para compreender a evolução do contexto e antecipar algumas das etapas seguintes.

Em primeiro lugar, a intervenção da **Presidente do BCE, Christine Lagarde**, no Conselho que deu nota de que o cenário mais pessimista do BCE aponta para uma **queda no PIB da zona euro de 15%** (o FMI projetou uma redução de 7,5% na passada semana). O BCE tomou uma [nova decisão de política monetária](#) esta semana (no dia 22), que passou relativamente despercebida, e que essencialmente antecipa a possível degradação dos ativos aceites como colaterais na operações bancárias de crédito, acomodando a sua elegibilidade até setembro de 2021, sendo este um sinal muito importante para preservar a robustez do setor bancário.

A **Presidente da Comissão Europeia**, em declarações à imprensa após o Conselho, deu nota de que o próximo QFP 2021-7 será provavelmente o maior de sempre, pois “*graças à garantia legal dos Estados-Membros, a Comissão poderá obter financiamento no mercado que será canalizado para os Estados-Membros através do orçamento da UE*”. Acrescentou que as atuais estimativas da Comissão apontam para “*necessidades que exigirão um tecto de recursos próprios de cerca de 2% do RNB da UE, e não dos cerca de 1,2% do atual quadro*”.

Por outro lado, [uma das divisões mais salientes](#) parece ser entre os Estados-Membros que consideram que o essencial deste financiamento deve ser através de **subvenções**, ou seja, através do Orçamento da União e no âmbito dos seus programas, não criando nova dívida, e os que defendem que a lógica deve ser a de empréstimos, que serão posteriormente reembolsados pelos países que eles recorram. A Presidente da Comissão referiu, a este respeito, que deverá ser encontrado “um equilíbrio justo” entre as duas dimensões, sendo de destacar que a solução que parece ganhar forma (essencialmente instrumentos da UE - QFP, BEI e SURE - e menor peso relativo dos arranjos intergovernamentais como o ESM) poderá favorecer um funcionamento mais assente no “método comunitário”, com liderança da Comissão no que diz respeito à programação e implementação.

Porém, haverá ainda um [caminho negocial a percorrer](#), especialmente no que diz respeito à natureza do Fundo e do Instrumento de Recuperação: volume e montantes, distribuição por

⁵ “Sempre que um Estado-Membro se encontre em dificuldades ou sob grave ameaça de dificuldades devidas a calamidades naturais ou ocorrências excecionais que não possa controlar, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode, sob certas condições, conceder ajuda financeira da União ao Estado-Membro em questão.”

⁶ O PE disponibilizou um documento de enquadramento deste instrumento, com uma análise muito aprofundada das suas características e modo de financiamento, disponível [aqui](#).

políticas e Estados-Membros, se será dentro do QFP 2021-27 ou não, e o equilíbrio entre subvenções e empréstimos. **A Comissão deverá apresentar a sua proposta para este Fundo e para o novo QFP 2021-27, bem como de mecânica de interligação entre ambos e os modos de financiamento, no dia 6 de maio.**

Nos últimos dias, tem havido um desenvolvimento interessante sobre a gestão futura dos montantes europeus que forem disponibilizados para a recuperação económica, com [alguns Estados-Membros a legislarem](#) (na ausência de legislação europeia sobre a matéria) no sentido de que **não poderão receber financiamento as empresas e negócios que tenham a sua localização fiscal em “paraísos fiscais” ou naquilo que, mais formalmente se designa por “jurisdições não cooperantes”**. A Polónia e a Dinamarca foram os primeiros países a fazê-lo, sendo que a Itália e a Bélgica também têm processos legislativos similares em curso. O Ministro das Finanças francês declarou, esta semana, que *“se a sede da empresa se localizar num paraíso fiscal, é óbvio que não poderá receber ajuda pública”*⁷.

Esta tendência parece inserir-se numa lógica de maior responsabilidade ética na gestão dos fundos públicos que são canalizados para o setor privado em situações de crise como a atual, sendo que a questão essencial é a da abrangência da lista dessas jurisdições não cooperantes, nomeadamente a possibilidade de nela se incluírem alguns Estados-Membros da União Europeia. Um estudo recente das Universidades de Berkeley e de Copenhaga concluiu que cerca de 84% das perdas de receita italianas são canalizadas para outros Estados-Membros da UE, como o Luxemburgo, Irlanda e os Países Baixos. Outras análises de ONGs especializadas nesta matéria, como a [Tax Justice Network](#), concluem que as perdas anuais de países como a Espanha e a Itália em receita de tributação empresarial que é canalizada para os Países Baixos é de cerca de 10 mil milhões de euros por ano. Finalmente, a Foreign Affairs publicou, em novembro do ano passado, uma [análise bastante aprofundada](#) sobre esta questão, incidindo neste Estado-Membro. Ainda que não esteja na agenda da UE do ponto de vista institucional e jurídico, esta questão tem relevância política no atual debate sobre a saída da crise COVID-19. Com efeito, traz para a primeira linha da discussão um ângulo de análise diferente para as narrativas que frequentemente se constroem quando as negociações entre países envolvem financiamento, funcionamento do mercado interno e conceitos como solidariedade e integridade da união económica e monetária.

2. DESCONFINAMENTO - APPS DE RASTREABILIDADE DE CONTÁGIO

A Comissão Europeia, no âmbito das [iniciativas de coordenação da resposta](#) da UE à COVID-19, [apresentou](#) um [roteiro](#) europeu para o levantamento progressivo das medidas de contenção ligadas (cfr. [Síntese n.º 35](#)) ao surto de coronavírus. Neste contexto, uma das medidas de acompanhamento referidas é a **recolha de dados harmonizados** e desenvolvimento de um sistema sólido de comunicação de informações e rastreio de contactos, nomeadamente recorrendo a **ferramentas digitais** que respeitem plenamente a privacidade dos dados.

Para este efeito, a Comissão adotou uma [recomendação](#) com medidas para promover uma abordagem comum da UE:

⁷ Por exemplo, a Renault-Nissan, que poderá receber [apoio público](#), tem a sua sede nos Países Baixos, que não consta da [lista de 13 paraísos fiscais](#) considerados como tal pela França.

- uma abordagem coordenada a nível pan-europeu para a utilização de aplicações móveis que permitam aos cidadãos adotar medidas de distanciamento social mais eficazes e orientadas, e para alertar, prevenir e rastrear os respetivos contactos; e
- uma abordagem comum para a modelização e previsão da evolução do vírus através de dados de localização móvel agregados e anonimizados.

Esta recomendação procura compatibilizar estes desenvolvimentos com as normas de proteção de dados da UE, nomeadamente através de:

- especificações para assegurar a eficácia das aplicações móveis de informação, alerta e rastreio de um ponto de vista médico e técnico;
- medidas destinadas a evitar a proliferação de aplicações incompatíveis, apoiar requisitos de interoperabilidade e a promoção de soluções comuns;
- mecanismos de governação a aplicar pelas autoridades de saúde pública e em cooperação com o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças;
- a identificação de boas práticas e mecanismos para o intercâmbio de informações sobre o funcionamento das aplicações; e
- a partilha de dados com organismos públicos epidemiológicos relevantes, incluindo a partilha de dados agregados com o ECDC.

Esta tem sido uma das principais questões debatidas nos vários Estados-Membros, no momento em que se começam a elaborar e a implementar os planos de desconfinamento, especialmente a necessidade de equilibrar as potenciais vantagens destas aplicações de rastreabilidade (tracing apps) com a proteção dos direitos fundamentais e da privacidade.

O [Financial Times](#) publicou esta semana um [artigo](#) sobre as receios existentes de que estas aplicações se possam transformar em meios de vigilância massiva da população. É referida uma [carta aberta publicada por 300 cientistas e académicos](#) de toda a Europa, avisando que algumas das aplicações em desenvolvimento pelos governos não respeitam os padrões de privacidade da UE, pois podem permitir a elaboração de bases de dados centralizadas dos movimentos das pessoas.

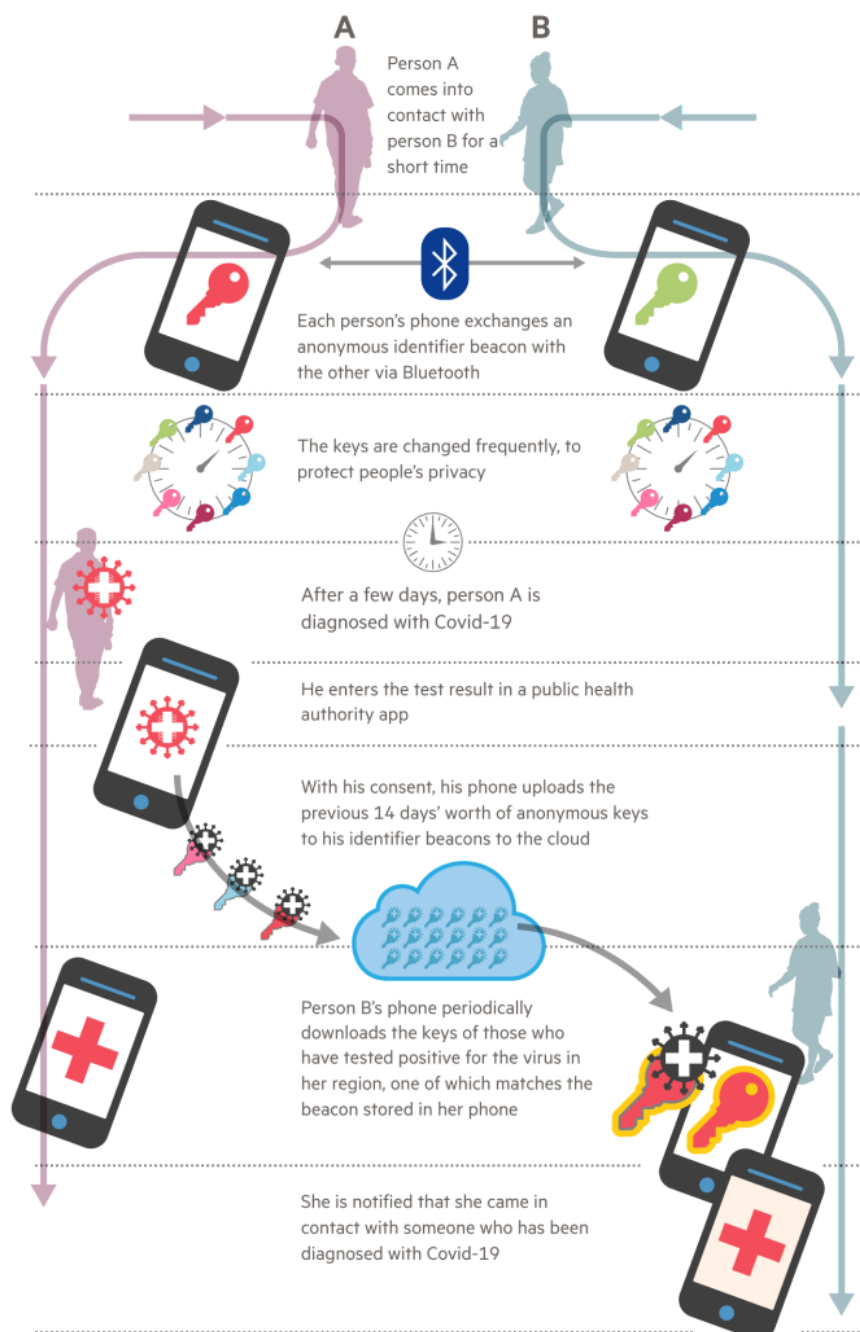
O instituto britânico Ada Lovelace publicou um [estudo](#), no qual se conclui que, sem uma avaliação de impacto sobre as suas limitações técnicas e possíveis impactos sociais, estas aplicações de rastreabilidade de contactos podem ter efeitos nocivos na sociedade.

Por outro lado, e de modo a que possam ser eficazes, estas aplicações devem ter a adesão de uma parte significativa da população. Segundo um [relatório](#) produzido pelo [NHSX](#) (uma espécie de think tank do Serviço Nacional de Saúde britânico, vocacionado para a transformação digital e que está a desenvolver uma *app* destas), o limiar mínimo deverá ser cerca de 80% da população que utiliza telemóvel, alertando para as desigualdades e perigos que podem advir da exclusão digital de algumas partes da população.

No dia 10 de abril, [a Apple e pela Google anunciaram uma parceria](#) para desenvolver um sistema, baseado em tecnologia bluetooth, para permitir um interface de programação de aplicações que os governos e as empresas poderão utilizar na construção destas aplicações. Os académicos mencionados acima consideram, na carta referida, que esta solução poderá ser mais adequada às exigências de privacidade, pois baseia-se na anonimização dos dados com recurso à aleatoriedade das chaves de identificação que o bluetooth permite.

O FT publicou uma infografia que explica, sucintamente, o possível funcionamento deste sistema e que reproduzimos de seguida:

How contact tracing could work



Graphic: Ian Bott Sources: Companies; FT research
 © FT

O Parlamento Europeu publicou, esta semana, um [estudo](#) sobre esta matéria, onde se analisa com detalhe a situação internacional e o **ponto de situação num número significativo de Estados-Membros**.

3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

As Comissões do PE estão a intensificar os seus trabalhos, com recurso a um sistema híbrido que permite a presença em sala, para os Deputados que estejam em Bruxelas, e o acesso remoto através de videoconferência para os restantes (exemplo infra, na Comissão ECON). Esta semana, destacamos as seguintes reuniões:

ECON - Assuntos Económicos e Monetários

Realizou uma [audição](#) (diálogo económico) com o [Presidente do Eurogrupo, Mário Centeno](#), centrada nos resultados do Eurogrupo de 7 e 9 de abril de 2020 e o pacote de medidas de resposta económica à COVID-19.

Foi reiterada a [posição da maioria dos Deputados de que é necessário um maior nível de ambição](#).

O PE preparou um [briefing muito abrangente](#) sobre esta audição, cuja consulta se sugere, pois estão elencadas as várias medidas e um detalhe do seu alcance.



ENVI - Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Realizou uma [audição](#) com o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans, tendo [sido debatida](#) a centralidade do Pacto Ecológico Europeu na recuperação europeia pós-COVID19, bem como o apelo dos Deputados para que a proposta para uma Lei Europeia do Clima seja apresentada no calendário planeado e não adiada.

TRAN - Transportes e Turismo

O Turismo é um dos setores mais afetados pela presente crise, tendo sido o tema central da audição realizada com o Comissário Europeu responsável pelo Mercado Interno, Thierry Breton. Recorde-se que esta Comissão parlamentar havia criado uma Task Force para acompanhar o setor do Turismo, tendo esta [enunciado](#) um conjunto de solicitações para dar resposta às dificuldades existentes.

Os serviços do PE prepararam um [briefing](#) sobre esta matéria, que identifica os principais desafios. Na [audição](#), os Deputados ao PE apontaram três áreas prioritárias: i) apelo a um plano de recuperação e financiamento alargado através do orçamento da UE; ii) clareza e segurança quanto às viagens nos meses de verão; iii) manutenção da proteção dos direitos dos passageiros.

4. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros da do Desporto

Teve [lugar a 21 de abril](#), para debater o impacto da pandemia de COVID-19 no setor do desporto, tendo a discussão sido centrada nos seguintes pontos:

- medidas específicas previstas ou já em vigor para apoiar o setor do desporto
- formas de assegurar a continuidade do treino dos atletas e de aumentar a atividade física dos cidadãos, garantindo simultaneamente a sua segurança e limitando a propagação do vírus
- as principais medidas a preparar e a adotar para relançar com êxito a atividade do setor do desporto

Após a videoconferência, a Presidência croata publicou os [principais resultados](#) da reunião.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Assuntos Europeus

Realizada a [22 de abril](#), foi centrada na preparação do Conselho Europeu informal desta semana.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

Presidida pelo Alto-Representante, teve lugar a [22 de abril](#), e dedicou-se às questões essenciais de política externa, entre as quais a situação na Líbia, na Turquia e no Afeganistão.

Quanto à resposta à pandemia de Covid-19, o Alto-Representante informou os ministros dos esforços que estão a ser envidados para repatriar cidadãos europeus retidos no estrangeiro, combater a desinformação e pôr em prática o chamado "pacote da Equipa Europa". Neste contexto, os ministros debateram, em especial, a possibilidade de se criar uma ponte aérea humanitária da UE para distribuir equipamento de proteção contra o coronavírus e facilitar a circulação das equipas humanitárias.

Por outro lado, os Ministros avaliaram as políticas da UE e a linha de rumo a seguir em relação à Vizinhança Oriental no contexto da pandemia de COVID-19, manifestando seu apoio ao processo de reforma em curso na Ucrânia, bem como à soberania e integridade territorial da Ucrânia, nomeadamente ao não reconhecimento da anexação ilegal da Crimeia. No que toca à Parceria Oriental, os ministros encararam a atual crise como uma oportunidade de provar que a UE é, para esses países, o mais fiável dos parceiros.

5. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

O [calendário do PE](#) prevê a realização de reuniões de Comissão e de Grupos Políticos.

Comissão Europeia

A Comissão tem atualmente um [planeamento](#) dinâmico, estando a próxima reunião formal do Colégio agendada para 29 de abril. **Nota importante:** Após a reunião dos líderes, a Comissão Europeia deu nota de que apresentará a sua proposta de Fundo de Recuperação e de **proposta revista para o próximo orçamento de longo prazo da UE (quadro financeiro plurianual) no dia 6 de maio**, e não a 29 de abril como anteriormente previsto e indicado no planeamento.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, incluindo o da próxima [semana](#). Reuniões:

- 27 de abril de 2020, [Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Turismo](#)
- 28 de abril de 2020, [Videoconferência dos ministros da Energia](#)
- 28 de abril de 2020, [Videoconferência dos ministros dos Assuntos Internos](#)
- 29 de abril de 2020, [Videoconferência dos ministros dos Transportes](#)

Bruxelas | 24 de abril de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).